

# **Associação de Professores de Geografia**

Apartado 40103  
1516-801 LISBOA CODEX (PORTUGAL)  
Tel.: +351.213658424 e-mail: aprofgeo@aprofgeo.pt

## **As finalidades da educação geográfica no Ensino Básico**

**Conceição Coelho Ferreira**

A Direcção da Associação de Professores de Geografia solicitou-me que elaborasse um pequeno trabalho em que se definissem algumas finalidades para o ensino da Geografia no terceiro ciclo do Ensino Básico, isto é, aquilo que seria pertinente para os alunos que terminassem o nono ano de escolaridade. O trabalho seria posto à discussão dos colegas que pretendessem dar o seu contributo para esta tarefa, bem como de outras instituições, nomeadamente os departamentos de formação de professores de Geografia e a Associação Portuguesa de Geógrafos.

O texto que se segue é resultado do retomar de uma reflexão feita sobre o mesmo assunto, há algum tempo atrás, no âmbito de uma cadeira de Desenvolvimento Curricular do mestrado em Análise e Organização do Ensino da Faculdade de Psicologia de Lisboa, da tentativa de levar tal reflexão à prática, especialmente durante os últimos três anos de ensino, em que leccionei turmas do 7º e do 9º ano, e, ainda, da sua actualização através de leituras recentes (de que se dá conta na bibliografia indicada), de que se salientam os textos de Norman Graves, Michael Naish e Frances Slater.

Para iniciar esta reflexão sobre as finalidades do ensino da Geografia, ou seja, aquilo que deve permanecer nos alunos no fim do ensino básico, pensou-se que se poderia fazer apelo a algumas considerações feitas por Frances Slater no seu artigo “... To Travel With a Different View”. Neste artigo, a autora começa por referir o conceito de educação de R. S. Peters, discutido na obra *Education as Initiation*: “a educação não pode ter um fim em si mesma. O seu valor deriva dos princípios e padrões nela implícitos. Ser educado não é chegar a um destino; é viajar com um olhar diferente”. Até que ponto (interroga Slater) é que nós viajamos com um olhar diferente da Geografia, da Educação, da Sociedade, em relação ao que tínhamos há alguns anos atrás? Que formas de olhar os indivíduos e as sociedades são

dadas pelo currículo? Que imagens prevalecem? Que conteúdos, conceitos e linguagens predominam?

Ainda segundo Peters, educação é um termo que abrange um grupo de muitas actividades díspares, que envolvem professores e alunos, tais como aprender uma competência, um método de experimentação, uma forma de pensar.

“A educação *per se* é um processo construído para produzir uma pessoa, a qual, tendo sido iniciada num certo número de actividades importantes, é capaz de continuar por si própria algumas delas” (Graves, 1984, p. 84).

Através do processo educativo, a pessoa educada adquire uma compreensão, ou perspectiva cognitiva, que modifica a sua maneira de ver a vida. Um dos meios de fornecer essa perspectiva cognitiva é introduzir o educando nas várias formas e campos de conhecimento. Isso significa o envolvimento com linguagens, matemática, ciências, história, perspectiva geográfica, etc..

As disciplinas devem visar as finalidades da educação, as quais se podem classificar em quatro categorias:

- 1) cognitivas, isto é, o conjunto dos conceitos básicos do conhecimento, as ideias principais, a generalização, os princípios e as leis;
- 2) de organização, ou seja, o conjunto de processos de investigação adequados para resolver os problemas nas áreas do conhecimento organizado, tais como observar, classificar, inferir, prever. Inclui competências psicomotoras de comunicação;
- 3) afectivas, isto é, relativas a crenças, valores, emoções, atitudes, avaliação;
- 4) de aplicação do aprendido aos problemas sociais e pessoais, principalmente aos problemas que necessitam dos conhecimentos e competências desenvolvidas com vista a atingir as três primeiras finalidades.

Ao planificar-se um currículo para a disciplina de Geografia, é necessário ter em atenção os alunos a quem se destina, isto é, as suas características psicológicas, os valores e interesses da sociedade (expressos na Lei de Bases do Sistema Educativo), e a própria disciplina de Geografia.

Os alunos a quem se destina o currículo em vigor são alunos do terceiro ciclo da escolaridade básica, com idades mínimas de 12 anos, e que, segundo Piaget se encontram no fim do período das operações concretas, início do período das operações formais.

O período das operações concretas caracteriza-se por a criança ter adquirido a estrutura de categorias (ou classes) e relações e, por isso, poder agrupar os objectos segundo as suas diferenças e semelhanças e incluí-los, até, numa categoria mais geral. É também capaz de estabelecer seriações. Mas só consegue ver as relações concretas que se estabelecem entre os factos e não é capaz de tecer explicações ou formular hipóteses, que possam ser testadas de modo a verificar se elas se ajustam aos factos observados. Ao ser-lhe pedida a

explicação de um facto, a criança consegue apenas enunciar um ou dois factores explicativos, pois é incapaz de relacionar conjuntos de variáveis e, daí, extrair conclusões. Além disso, tem também dificuldades em raciocinar sobre relações entre preposições, o que leva a que tenha dificuldade em seriar preposições verbais, abstractas, o que já não acontece com objectos concretos.

O período das operações formais caracteriza-se por o adolescente ser já capaz de operar sobre operações, de compreender que a realidade é uma parte do conjunto dos possíveis, de usar a análise combinatória de variáveis para explicar um facto, de conceber o objecto com todos os atributos que o identificam e, assim, partindo dos elementos, representar o todo ou, partindo do todo, conceber os seus elementos. Para além dos conceitos espaciais próximos e concretos, o adolescente é capaz de imaginar sistemas e conceber o infinitamente pequeno. O seu raciocínio é hipotético-dedutivo, o que lhe permite formular questões e testá-las. A percepção das propriedades gerais permite-lhe dar definições exaustivas, formular leis e apercebe-se dos significados de diversas expressões do material verbal. Compreende as relações complexas, como a proporcionalidade e a correlação.

Embora Piaget tivesse considerado que o pensamento formal se começa a desenvolver cerca dos 12 anos de idade, e que esse desenvolvimento se processa entre os 12 e os 15 anos, é necessário ter em atenção que existe uma grande variabilidade entre os indivíduos e que apenas 30% dos adolescentes com 16 anos atingiu de facto o pensamento formal. Ora 16 anos é a idade dos alunos do 12º ano. Assim, pode considerar-se que os alunos do terceiro ciclo do Ensino Básico se encontram num período de transição, o que tem implicações para a elaboração de um currículo para este nível etário, em termos de conceitos e competências.

Os conceitos podem ser concretos, ou, segundo a terminologia de Gagné, conceitos por observação, e formais, ou conceitos por definição. Os alunos que se situam ainda na etapa do pensamento concreto só são capazes de aprender conceitos concretos, o que leva à necessidade de organizar os conceitos hierarquicamente, do simples e observável, para o complexo e que pode ser aprendido através do pensamento abstracto. Para a Geografia, isto tem reflexos imediatos: os alunos nas etapas concretas são capazes de aprender o que é o tempo, e alguns dos elementos a ele associados (temperatura e precipitação), mas só os mais velhos, com pensamento formal, perceberão o que é o clima, bem como a importância da circulação atmosférica para a explicação das situações meteorológicas e para a existência de faixas climáticas. O mesmo se pode exemplificar para conceitos de geografia humana: os alunos mais novos compreenderão o que é o tráfego, mas só os mais velhos estão aptos a entender o conceito (abstracto) de interacção espacial.

Isto implica que os conceitos concretos, situados na base da hierarquia, devem aparecer no primeiro ano do currículo (7º ano) enquanto os mais abstractos, situados em níveis mais elevados da hierarquia, podem começar a aparecer no fim do currículo (9º ano). No entanto, e como o desenvolvimento se processa de modo diferenciado de indivíduo para

indivíduo, há muitos aspectos que podem permanecer no domínio do concreto mesmo para os alunos mais velhos. Bruner considera que a representação que a criança tem do mundo evolui de um estágio activo de representação (estádio enactivo), correspondente aos períodos sensorio-motor e pré-operatório, para um estágio de utilização de imagens, ou icónico, que se começa a desenvolver durante o período operativo concreto, e daquele para um estágio simbólico de representação. Isto é, “a evolução da criança processa-se a partir do fazer, passando pelo sentir, até terminar no simbolizar” (Turner, mencionado em Naish, 1982, p. 41). Mas apesar de todos os alunos com mais de 12 anos terem sofrido esta evolução, muitos podem ainda utilizar as representações enactiva e icónica. (O que é observável quando se lhes pede para desenharem o seu quarto, por exemplo).

A natureza dos conceitos e a forma como se faz a sua aprendizagem tem, pois, implicações na elaboração do currículo: é necessário atender às sequências conceptuais psicológicas, que podem não coincidir com as sequências conceptuais lógicas das disciplinas.

Além de atender ao desenvolvimento cognitivo, é conveniente, também, para a planificação de um currículo, prestar atenção às etapas do desenvolvimento moral se se pretende levar os alunos a equacionarem problemas de desigualdades sociais e espaciais, e envolvê-los em questões que se relacionem com atitudes e valores.

Durante o período das operações concretas, a criança possui também uma noção de moral concreta, em que adquire o sentimento da regra, vista como uma espécie de contrato, e em que não atende aos sentimentos e necessidades dos outros.

Com o aparecimento do pensamento formal, a criança pode começar a construir um sistema de valores. Há uma consciência do relativismo dos valores e opiniões pessoais e começam a aceitar-se as regras resultantes de consensos.

Só no fim da adolescência, e com o completo desenvolvimento do pensamento formal, os indivíduos atingem a autonomia, sendo então capazes de avaliar e julgar em função de um ideal e de escolher princípios éticos, princípios universais de justiça, reciprocidade, igualdade dos direitos humanos e respeito pelo outro.

Para definir as finalidades da disciplina de Geografia, pareceu, também, conveniente atender às definições de Geografia. Entre as possíveis, escolheram-se as seguintes:

“A Geografia estuda a natureza da superfície da Terra e, muito particularmente, o carácter dos lugares, a natureza complexa das relações e interacções entre os grupos humanos e o seu ambiente, a importância da localização nas actividades do Homem e a organização espacial das actividades humanas” (Joseph, 1985, p. 291)

“A Geografia é uma forma de ver o mundo. É um meio único de observar e registar os fenómenos do mundo: de analisar as nossas observações e experiências e de as ordenar. É simultaneamente um corpo de conhecimento de uma forma de pensar. Na verdade, o modo como os geógrafos pensam determina aquilo que estudam e o modo como estudam. É minha convicção que o conhecimento e o processo de pensamento que se podem adquirir através do estudo da Geografia são uma parte valiosa da educação. Esse conhecimento e esse pensa-

mento não se reduzem, na verdade não podem reduzir-se, às chamadas lições de ‘Geografia’.” (Bailey, 1986, p. 193).

“A Geografia ensina a apreciar e a compreender a paisagem à nossa volta, bem como as paisagens para lá da nossa experiência pessoal. Ensina tanto um conhecimento como um sentido de lugar, o conhecimento básico do palco do mundo, no qual a humanidade actua todos os dias. Ensina as dimensões da realidade e, mais importante ainda, explica aquilo que interliga o carácter e a qualidade da nossa contínua existência. É, acima de tudo, uma disciplina do pensamento e do sentimento. Com rigor e precisão técnica e conceptual, procuramos medir, descrever, e compreender os mecanismos que ditam os padrões mutáveis da ocupação da Terra. Mas a Terra é a nossa casa, onde se interceptam a beleza e a sordidez, a oportunidade e o desespero. Não podemos abandonar a casa: a nossa tentativa para compreender a sua face é estimulada pela nossa maravilha perante as suas belezas e o nosso interesse perante as suas condições: na maravilha e no interesse, tal como na compreensão, reside a marca da relevância da Geografia.” (Patmore, 1980, p. 284).

Destas três definições ressalta um aspecto comum: a Geografia estuda a superfície da Terra, as formas variadas como o Homem ocupa essa superfície e a interligação que se estabelece entre o Homem e o ambiente.

A partir das definições de Geografia, e atendendo aos alunos a quem se destina o currículo, bem como aos princípios gerais do sistema educativo, definidos na sua Lei de Bases, podem estabelecer-se as finalidades da educação Geográfica:

- 1) Desenvolver nos alunos um conjunto de competências básicas necessárias à pesquisa geográfica e aplicáveis noutros contextos:
  - a) Utilizar mapas diversos, de diferentes escalas, nas mais variadas situações;
  - b) Dar um contexto geográfico à informação e à experiência vivida pelos alunos;
  - c) Desenvolver as destrezas e os processos adequados à pesquisa geográfica:
    - recolha de dados;
    - organização dos dados;
    - interpretação e análise dos dados;
    - utilização de fontes indirectas como mapas, textos, livros, fotografias, imagens de satélite, diagramas estatísticos;
    - utilizar material construído sobre a área local;
    - realizar trabalho de campo, quer para recolha de dados quer para observação directa.

- 2) Desenvolver nos alunos o sentido do lugar.

- 3) Promover a compreensão do ambiente próximo e alargar o interesse pelo conhecimento e compreensão de lugares distantes.
- 4) Levar os alunos a compreender as relações entre lugares.
- 5) Desenvolver o conhecimento do país, a sua relação com a Europa e com o Mundo.
- 6) Promover o conhecimento da diversidade dos ambientes naturais.
- 7) Motivar os alunos para a descoberta da diversidade da acção do Homem sobre a Terra e da influência das condições ambientais nas actividades sociais e económicas.
- 8) Levar à percepção de que os processos físicos e as acções do Homem modificam a superfície da Terra e que estas modificações afectam a vida das pessoas.
- 9) Tornar os alunos capazes de investigar e compreender as formas como a população utiliza a Terra e os seus recursos, de modo a criar tipos de vida e a desenvolver a sua qualidade de vida.
- 10) Contribuir para a compreensão da interdependência básica de todas as nações do Mundo.
- 11) Levar os alunos a compreender a importância dos problemas sociais, económicos, políticos e ambientais, que tenham dimensão geográfica, a reflectir nas suas próprias atitudes e dos outros perante esses problemas.
- 12) Fornecer aos alunos uma boa base de conhecimento factual: as distribuições da população, as cidades, as maiores concentrações industriais, as diferentes formas de utilização dos recursos alimentares e energéticos, as grandes disparidades sociais e económicas, os grandes conjuntos morfológicos, os diversos ambientes naturais.

Para atingir as finalidades da disciplina, há que ter em conta a necessidade de os métodos de ensino insistirem na natureza da pesquisa geográfica: deste modo, a primeira finalidade definida deve ser subjacente a todas as outras, desenvolvendo permanentemente, nos alunos, a capacidade de classificar e ordenar, utilizar dados para extrair conclusões, desenvolver a consciência das limitações dos dados e da sua avaliação e, assim, aperceber-se dos processos de raciocínio utilizados.

Tal não significa, porém, uma uniformidade de estratégias de ensino, pois as estratégias que resultam eficazes com um certo professor e um certo grupo de alunos num determinado contexto, podem não resultar noutras circunstâncias. A este propósito, e para terminar, cite-se Norman Graves: “A primeira coisa a dizer sobre estratégias de ensino é que elas devem estar em harmonia com as finalidades e os objectivos de cada professor. Se este pretende desenvolver nos seus alunos a capacidade de pensarem por si próprios, então tem de lhes dar a oportunidade de o fazerem. Isto significa que dar-lhes continuamente informação que eles têm de aprender e reproduzir não conduz à consecução daquela finalidade. Em

segundo lugar, é da experiência comum que uma estratégia repetida demasiadas vezes leva a que os alunos se aborrecam com ela. Deste modo, é necessário criar um conjunto variado de abordagens e de actividades. Muita desta variedade resulta não só de conjuntos de tarefas diferentes mas também dos materiais utilizados no ensino: textos, livros, mapas de diferentes escalas, tabelas estatísticas, tecnologias da informação, vídeos e imagens de satélite”. (Graves, 1997,p.28).

## Bibliografia

- BAILEY, Patrick (1986), A Geographer's View: Contribution of Geography to the School Curriculum, Geography, nº 312, vol. 71-3
- FRAZIER, John W (1994), Geography in the Workplace: a Personal Assessment a Look to the Future, Journal of Geography, vol. 93, nº 1
- Graves, Norman J. (1984), Geography in Education, Heinemann Educational Books, London
- GRAVES, Norman J. (1997), Geographical Education in the 1990s, In: Tilbury, D. e William, M.(ed.), Teaching and Learning Geography, Routledge, London
- GUTIÉRREZ, Rufina (1984), Piaget y el Curriculum de Ciências, Apuntes IPES, Narcea S.A. Ediciones, Madrid
- HILL, A David (1994), Geography Instruction Materials for Standards – Based Education, Journal of Geography, vol. 93, nº 1
- Joseph, Sir Keith (1985), Geography in the School Curriculum, Geography nº 309, Vol 70-4
- LEE, Jeffrey e JONAS, Linda Lea (1993), Teaching the Process of Science in Geography Courses, Journal of Geography, vol. 92, nº 5
- LEIDE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO, 1986, Lisboa
- LYMAN, Lawrence e FOYLE, Harvey (1991), Teaching Geography Using Cooperative Learning, Journal of Geography, vol. 90, nº 5
- MARRAN, James F. (1994), Discovering Innovative Curricular Models for School Geography, Journal of Geography, vol. 93, nº 1
- NAISH, Michael (1982), Mental Development and the Learning of Geography, In: Graves, Norman J., New Unesco Source Book For Geography Teaching, Longman, London
- NAISH, Michael (1992), Geography in the Secondary Curriculum, In: Naish, M. (ed.), Geography and Education, Institute of Education, University of London, London
- NATOLI, Salvatore J. (1994), Guidelines for Geographic Education and the Fundamental Themes in Geography, Journal of Geography, vol. 93, nº 1
- PATTMORE, J. Alan (1980) Geography and Relevance, Geography nº 289, vol. 65-4
- PINCHEMEL, Philippe (1982), The Aims and Values of Geographical Education, In: Graves, Norman J., New Unesco Source Book For Geography Teaching, Longman, London
- SLATER, Frances (1992), “... To Travel With a Different View”, In: Naish, M. (ed.), Geography and Education, Institute of Education, University of London, London